



BOM REPOUSO-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL NÚMERO 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



BOM REPOUSO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO -
MINAS GERAIS

Assistente Social

EDITAL NÚMERO 001/2026

CÓD: SL-105JH-26
7901183000371

Língua Portuguesa

1. A Comunicação: linguagem, texto e discurso	7
2. Coesão e coerência textuais	8
3. Intertextualidade e polifonia; o texto, contexto e a construção dos sentidos	9
4. A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	11
5. Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação	13
6. Semântica: denotação e conotação; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima.....	22
7. Figuras de linguagem	25
8. Polissemia e ambiguidade	28
9. Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	29
10. Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	32
11. Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas	41
12. Concordância nominal e verbal	43
13. Regência nominal e verbal	47
14. Crase	51
15. Sintaxe de colocação.....	54
16. Sentido denotativo e conotativo (figurado).....	54
17. Vícios de linguagem	55

Matemática

1. Estruturas lógicas.....	67
2. Lógica da argumentação	73
3. Diagramas lógicos	76
4. Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações. Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais.....	79
5. Múltiplos e divisores.....	89
6. Números Primos	90
7. Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	91
8. Expressões numéricas.....	93
9. Equações do 1º e 2º grau	95
10. Sistemas de equações do 1º e 2º grau	97
11. Funções do 1º e 2º grau.....	99
12. Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos	105
13. Geometria – Área, Volume e Perímetro.....	110
14. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal.....	116
15. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	120
16. Regra de três simples e composta	122

1. Porcentagem	123
2. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	125
3. Média Aritmética simples e ponderada	126
4. Problemas envolvendo os itens do programa proposto	127

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	135
2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas; Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	138

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Conhecimento e procedimentos de pesquisa para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida das populações, serviços próprios da assistência social, áreas e políticas públicas de seguridade social	143
2. Movimentos sociais	144
3. Recursos orçamentários nos benefícios e serviços sócio assistenciais em Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS	146
4. Elaboração e avaliação do Plano de Assistência Social; Perícias, visitas técnicas, laudos, informações e pareceres, procedimentos de atendimento individual e coletivo em CRAS e CREAS, direção e coordenação em CRAS, CREAS, campanhas públicas de combate às drogas, ao alcoolismo e à gravidez precoce, crianças e adolescentes em situação de risco	147
5. Noções de política de seguridade social	150
6. Lei Orgânica da Assistência Social	156
7. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	167
8. Redes de atendimento, desenvolvimento local (concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais), família (novas modalidades e metodologias de abordagem)	169
9. Estatuto da Criança e do Adolescente	171
10. Estatuto do Idoso	210
11. Lei que Regulamenta a profissão e Código de Ética Profissional	221
12. Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.142, de 28/12/90.....	229
13. A Assistência Social e a trajetória das Políticas Sociais Brasileiras	241
14. Serviço Social na área de saúde e participação comunitária	243
15. Intervenções metodológicas do Serviço Social: abordagens individuais e grupais.....	244
16. O papel do Serviço Social nas ações de inclusão social	246
17. Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).....	247
18. Portaria 2488 de 21 de Outubro de 2011 e a 154/2008 do Ministério da Saúde.	248

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO

A linguagem é um dos fenômenos mais complexos e essenciais à vida em sociedade. Por meio dela, os seres humanos constroem sentidos, compartilham informações, expressam sentimentos e interagem socialmente. Entender a linguagem envolve não apenas o estudo da estrutura da língua, mas também a compreensão de como ela opera em contextos de interação, ou seja, como a comunicação é realizada de acordo com diferentes intenções, situações e interlocutores. Esse processo envolve elementos como o código linguístico, a mensagem transmitida, a intencionalidade de quem fala e as diferentes funções da linguagem.

Neste estudo, abordaremos os principais conceitos relacionados à linguagem e à interação, como a diferença entre código, língua e linguagem, a importância da intencionalidade do discurso e as seis funções da linguagem propostas por Roman Jakobson, que ajudam a entender os variados objetivos que a comunicação pode ter.

COMUNICAÇÃO E MENSAGEM

A comunicação é o processo pelo qual se transmite uma mensagem de um emissor (quem fala ou escreve) a um receptor (quem escuta ou lê). Esse processo envolve o uso de um código, que é o sistema de signos (como a língua) usado para construir a mensagem.

Para que a comunicação seja bem-sucedida, tanto o emissor quanto o receptor devem compartilhar o conhecimento desse código. A mensagem é o conteúdo que se deseja transmitir, seja ela uma informação, uma opinião, uma ordem ou uma expressão de sentimentos.

O esquema clássico da comunicação envolve seis elementos principais:

- **Emissor:** aquele que envia a mensagem.
- **Receptor:** aquele que recebe a mensagem.
- **Mensagem:** o conteúdo transmitido.
- **Canal:** o meio pelo qual a mensagem é transmitida (por exemplo, oralmente, por escrito, etc.).
- **Código:** o sistema de signos usado na comunicação (como a língua portuguesa).
- **Contexto:** a situação em que a comunicação ocorre e que dá sentido à mensagem.

A eficiência da comunicação depende de como esses elementos se articulam. Se o código não for compartilhado ou o canal for ineficiente (por exemplo, uma ligação com ruído), a mensagem pode não ser compreendida, prejudicando a interação.

CÓDIGO, LÍNGUA E LINGUAGEM

Embora os termos código, língua e linguagem sejam muitas vezes usados de maneira intercambiável no cotidiano, eles têm significados distintos dentro da linguística:

- **Código:** refere-se a qualquer sistema de signos estruturados que permite a comunicação. A língua é um exemplo de código, mas existem outros, como o código Morse, linguagens de programação ou sinais de trânsito.
- **Língua:** é um código específico, formado por um conjunto de regras e signos, que uma comunidade compartilha. No caso do Brasil, por exemplo, a língua oficial é o português. A língua é uma das manifestações mais importantes da linguagem humana.
- **Linguagem:** é um conceito mais amplo, que se refere à capacidade que os seres humanos têm de se comunicar por meio de signos. Ela pode se manifestar de várias formas: pela fala, pela escrita, por sinais ou gestos (como na língua de sinais).

Esses conceitos são fundamentais para entender como os seres humanos interagem. A língua, como um código socialmente compartilhado, é o principal meio pelo qual a linguagem se concretiza, permitindo que as ideias sejam transformadas em palavras e transmitidas de um indivíduo para outro.

A INTENCIONALIDADE DO DISCURSO

Toda comunicação tem uma intencionalidade, ou seja, um objetivo ou propósito que o emissor busca atingir ao construir sua mensagem. Essa intencionalidade está relacionada ao que o emissor deseja que o receptor faça, sinta ou pense após receber a mensagem. Ela pode variar muito: pode ser informar, persuadir, provocar uma reação emocional, ensinar ou até manipular.

A intencionalidade do discurso depende de vários fatores, como o contexto em que a comunicação ocorre, as relações entre os interlocutores e os efeitos desejados. Por exemplo, uma propaganda publicitária tem a clara intenção de persuadir o receptor a comprar um produto. Já um discurso político pode ter a intenção de mobilizar a opinião pública ou obter apoio para uma causa.

A compreensão da intencionalidade é essencial para interpretar adequadamente um discurso. A mesma frase pode ter significados diferentes dependendo da intenção do emissor. Uma ordem, uma súplica ou um conselho podem, às vezes, usar palavras semelhantes, mas a intenção por trás delas altera completamente seu sentido.

FUNÇÕES DA LINGUAGEM

A linguagem pode ser usada com diferentes finalidades, e é aqui que entra o conceito das funções da linguagem, conforme elaborado pelo linguista Roman Jakobson. Ele identificou seis funções principais que a linguagem pode desempenhar, dependendo do foco do ato comunicativo:

► Função Referencial

A função referencial está centrada no contexto ou no assunto da mensagem. Ela é usada quando o objetivo principal é transmitir informações sobre o mundo, de maneira objetiva e direta. Textos científicos, notícias e descrições são exemplos típicos de discurso com função referencial.

Ex.: “O Brasil é o maior país da América do Sul.”

► Função Emotiva

A função emotiva está focada no emissor. Aqui, o objetivo é expressar os sentimentos, as emoções ou as opiniões do falante. É comum em textos literários e em comunicações informais, onde o estado emocional do emissor é central.

Ex.: “Estou tão feliz com a notícia!”

► Função Conativa

A função conativa, ou apelativa, está direcionada ao receptor. Seu objetivo é influenciar o comportamento ou a opinião do interlocutor. É frequentemente usada em comandos, pedidos e propagandas.

Ex.: “Compre já o seu ingresso!”

► Função Fática

A função fática está centrada no canal da comunicação. Seu objetivo é estabelecer, manter ou encerrar o contato entre emissor e receptor. Frases como “Alô?” ou “Está me ouvindo?” são exemplos de função fática, que verificam se o canal de comunicação está funcionando.

Ex.: “Tudo bem? Como vai você?”

► Função Metalinguística

A função metalinguística ocorre quando o foco está no próprio código da comunicação. É usada quando o discurso se refere ao próprio sistema de linguagem, como definições de palavras ou explicações gramaticais.

Ex.: “A palavra ‘justo’ pode ser usada como adjetivo ou substantivo.”

► Função Poética

A função poética está centrada na própria mensagem e em sua forma. Aqui, o uso estético da linguagem é o foco, e a maneira como a mensagem é construída é tão ou mais importante do que o conteúdo em si. A função poética é mais comum na literatura, especialmente na poesia, mas pode aparecer em outras formas de discurso, como slogans publicitários.

Ex.: “No meio do caminho tinha uma pedra.”

Entender a relação entre linguagem e interação é fundamental para compreender como as pessoas se comunicam, constroem significados e influenciam umas às outras. A comunicação envolve uma série de elementos, emissor, receptor, mensagem, código e canal, que, juntos, permitem a transmissão de ideias e sentimentos.

A intencionalidade do discurso revela o propósito por trás de cada interação, enquanto as funções da linguagem ajudam a identificar os objetivos específicos de cada mensagem. Assim, o estudo da linguagem vai muito além da gramática; ele envolve o reconhecimento dos contextos e das intenções que orientam o uso das palavras em diferentes situações sociais.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

Coesão e coerência fazem parte importante da elaboração de um texto com clareza. Ela diz respeito à maneira como as ideias são organizadas em uma frase, em parágrafos, entre outros; a fim de que o objetivo final seja alcançado: a compreensão textual. Na redação espera-se do autor capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões, argumentar de modo coerente, além de expressar-se com clareza, de forma correta e adequada.

COERÊNCIA

É uma rede de sintonia entre as partes e o todo de um texto, ou seja, a coerência é a ligação de ideias em conjunto dos elementos formativos de um texto. Ademais, são grupos de unidades sistematizadas numa adequada relação semântica, que se manifesta na compatibilidade entre as ideias. (Na linguagem popular: “dizer coisa com coisa” ou “uma coisa bate com outra”).

Coerência é a unidade de sentido resultante da relação que se estabelece entre as partes do texto. Por isso, uma ideia ajuda a compreender a outra, produzindo um sentido global, à luz do qual cada uma das partes ganha sentido. A coerência não é apenas uma marca textual, mas diz respeito aos conceitos e às relações semânticas que permitem a união dos elementos textuais.

A harmonia de um texto é facilmente deduzida por um falante de uma língua, por isso, quando não é encontrado sentido lógico entre as proposições de um enunciado oral ou escrito, automaticamente há um estranhamento. Nisso, vemos a competência linguística, tomada em sentido lato, que permite a esse falante reconhecer de imediato a coerência de um discurso.

MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Ex.: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- “O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- “Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- “João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- “Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- “ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- “Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

AMOSTRA

- **"Choveu ontem."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **"Esta frase é falsa."** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **"Abra a janela, por favor."** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **"O número x é maior que 10."** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

(B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.

(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.

(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.

(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

► Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

FORMAÇÃO HISTÓRICA DE BOM REPOUSO

► Origem do povoamento e caminhos antigos

O município de Bom Repouso, localizado no Sul de Minas Gerais, tem sua formação ligada ao processo de ocupação do interior brasileiro, especialmente aos caminhos percorridos por bandeirantes, viajantes, religiosos, posseiros e pequenos proprietários. Sua origem está associada à antiga Fazenda Bom Retiro, ponto de apoio para aqueles que atravessavam a região em direção a áreas de mineração, como Vila Rica, e a outros centros de circulação econômica e administrativa.

A região era passagem de grupos vindos das margens do Tietê, em São Paulo, que buscavam rotas alternativas para alcançar o interior mineiro. Um desses caminhos desviava do pântano da Estiva, área relacionada ao trajeto onde atualmente passa a rodovia Fernão Dias. Esse percurso saía de Atibaia, passava pelo Morro do Diamante, pela Boa Vereda de Cima, atual área de Bom Repouso, e seguia até o Pouso do Mandú. Assim, antes mesmo de se tornar povoado organizado, Bom Repouso já possuía importância como ponto de passagem e descanso.

► A Fazenda Bom Retiro e a organização religiosa

A Fazenda Bom Retiro teve papel decisivo na formação do núcleo inicial. O próprio nome indica a ideia de parada, abrigo e repouso, característica comum em locais que serviam de apoio aos viajantes. Com o tempo, a presença de moradores e devotos levou à criação de uma pequena capela de pau-a-pique, existente em 1828, dedicada a São Sebastião e São Roque.

A capela não era apenas um espaço religioso. Ela funcionava como centro de convivência, referência territorial e elemento de organização social. Em regiões rurais do Brasil do século XIX, a criação de uma capela geralmente representava um passo importante para a consolidação de uma comunidade. Ali ocorriam celebrações, encontros e registros religiosos, contribuindo para fortalecer vínculos entre os moradores.

Em 4 de julho de 1831, foi realizada a escritura de doação do patrimônio para legalização da Capela de São Sebastião e São Roque da Fazenda Bom Retiro. Pouco depois, em 3 de setembro de 1831, a Chancelaria Eclesiástica de São Paulo expediu a provisão de Capela Curada, vinculada à Matriz de São Francisco de Paula da Paróquia de Ouro Fino. Esse ato representou reconhecimento religioso e maior estabilidade para a comunidade local.

► Evolução administrativa do distrito

A organização administrativa de Bom Repouso passou por diferentes fases. Em 8 de agosto de 1840, o Governo da Província de Minas criou o Distrito do Bom Retiro, vinculado ao Termo da Vila de Jaquari, atual Camanducaia. Poucos anos depois, em 1843, o distrito voltou a pertencer a Ouro Fino e, em 1846, passou para a Vila de Pouso Alegre.

Essa mudança constante de vinculação administrativa era comum em localidades em formação, pois os limites políticos e territoriais ainda estavam sendo definidos. Em 1848, a Capela de São Sebastião e São Roque foi elevada à categoria de paróquia, reforçando a importância religiosa e social do povoado.

Em 1850, ocorreu novo desmembramento relacionado aos distritos de Bom Retiro e Ribeirão das Antas. Mais tarde, em 1875, o distrito de Bom Retiro foi suprimido, mas em 1880 foi restabelecido com o nome de São Sebastião e São Roque do Bom Retiro. Em 1882, a localidade foi elevada à categoria administrativa de freguesia e, em 1889, passou a integrar a Vila de Cambuí.

► Do Bom Retiro ao município de Bom Repouso

No início do século XX, a localidade continuou seu processo de consolidação. Em 1900, a paróquia de São Sebastião e São Roque do Bom Retiro passou da Diocese de São Paulo para a Diocese de Pouso Alegre, fortalecendo sua ligação institucional com o Sul de Minas.

Em 1911, o distrito passou a ser denominado Bom Retiro. Posteriormente, pelo Decreto-Lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1953, recebeu o nome de Bom Repouso. No mesmo período, sua autonomia administrativa foi consolidada: em 12 de dezembro de 1953, pela Lei nº 1039, o distrito foi elevado à categoria de município.

GEOGRAFIA MUNICIPAL E INSERÇÃO REGIONAL**► Localização e contexto regional**

Bom Repouso está localizado no Sul de Minas Gerais, região marcada por forte presença de pequenas e médias cidades, paisagens montanhosas, tradição rural e ligação histórica com o interior paulista. O município integra um espaço regional influenciado pela Serra da Mantiqueira, área conhecida pelo relevo elevado, pelo clima mais ameno e pela presença de atividades agrícolas adaptadas às condições naturais locais.

Sua posição geográfica ajuda a explicar parte de sua história. Antes de se consolidar como município, a região funcionava como passagem de viajantes que se deslocavam entre São Paulo e Minas Gerais. Essa característica reforça a importância dos caminhos antigos na formação do povoamento. O território de Bom Repouso, portanto, deve ser compreendido como parte de uma zona de transição entre áreas paulistas e mineiras, com circulação de pessoas, mercadorias, práticas religiosas, costumes rurais e formas de ocupação do solo.

► Aspectos naturais do município

A geografia de Bom Repouso é fortemente marcada pelo relevo montanhoso. A presença de morros, vales e áreas elevadas influencia a ocupação humana, a agricultura, a abertura de estradas e a distribuição das propriedades rurais. Em municípios com esse tipo de relevo, a vida cotidiana costuma estar muito ligada à adaptação ao terreno, pois a produção agrícola, o transporte e a expansão urbana dependem das condições naturais.

O clima tende a apresentar temperaturas mais amenas em comparação com áreas mais baixas, característica comum em porções elevadas do Sul de Minas. Essa condição favorece determinados cultivos e contribui para a identidade paisagística do município. A vegetação, os cursos d'água, as áreas rurais e as serras compõem um cenário típico do interior mineiro de altitude, no qual natureza e ocupação humana se relacionam de forma constante.

► Território, paisagem e ocupação humana

A ocupação do território de Bom Repouso ocorreu inicialmente de forma ligada às fazendas, às rotas de passagem e aos núcleos religiosos. Com o tempo, a presença da capela, das propriedades rurais e das famílias que se fixaram na região deu origem a uma comunidade organizada. A paisagem municipal, portanto, carrega marcas dessa formação: áreas rurais, caminhos antigos, pequenas propriedades, espaços de devoção e núcleo urbano central.

A sede municipal concentra serviços públicos, comércio local, espaços administrativos e equipamentos comunitários. Já a zona rural mantém grande importância para a economia e para a identidade social do município. Essa relação entre cidade e campo é uma característica importante de Bom Repouso, pois a vida urbana não se separa totalmente das práticas rurais. Muitas famílias preservam vínculos com a agricultura, com a produção local e com tradições comunitárias ligadas ao campo.

► Inserção regional e relações com outros municípios

Bom Repouso está inserido em uma rede regional composta por municípios do Sul de Minas, como Cambuí, Camanducaia, Pouso Alegre e Ouro Fino, localidades que também aparecem em sua trajetória histórica e administrativa. Essas relações demonstram que o município nunca se desenvolveu isoladamente. Ao contrário, sua formação dependeu de vínculos religiosos, administrativos, econômicos e territoriais com outras cidades mineiras.

A proximidade com importantes eixos de circulação regional amplia a conexão de Bom Repouso com outras áreas de Minas Gerais e de São Paulo. Essa inserção favorece deslocamentos, trocas comerciais e acesso a serviços encontrados em centros urbanos maiores. Mesmo mantendo características de município interiorano, Bom Repouso participa de dinâmicas regionais mais amplas, especialmente nas áreas de agricultura, comércio, transporte, serviços públicos e circulação de trabalhadores.

SOCIEDADE, CULTURA E IDENTIDADE LOCAL**► Formação social e vida comunitária**

A sociedade de Bom Repouso foi construída a partir da fixação gradual de famílias em uma região inicialmente marcada por caminhos de passagem, fazendas, religiosidade e pequenas propriedades rurais. Os primeiros moradores organizaram sua vida em torno do trabalho no campo, da convivência comunitária e da fé católica, elementos que ajudaram a formar uma identidade local baseada na cooperação, na tradição e no pertencimento ao território.

A presença da antiga Capela de São Sebastião e São Roque demonstra que a religião teve papel central na formação social do município. Em muitas comunidades do interior mineiro, a capela não era apenas local de oração, mas também ponto de encontro, referência moral, espaço de sociabilidade e símbolo de união entre os moradores. Por isso, a história religiosa de Bom Repouso se mistura à própria história de sua população.

► Cultura rural e tradições locais

A cultura de Bom Repouso conserva forte ligação com o modo de vida rural. O trabalho agrícola, as relações de vizinhança, as festas religiosas, a culinária caseira, a oralidade e o respeito às memórias familiares compõem elementos importantes da identidade local. Essa cultura não se limita ao passado, pois continua presente nas práticas cotidianas, nos encontros comunitários e na valorização das origens do município.

A vida rural também influencia a forma como os moradores se relacionam com o espaço. A terra, as estradas, os bairros rurais, as serras e as propriedades familiares fazem parte da memória coletiva. Assim, a identidade bom-repousense é marcada por uma relação direta com a natureza, com o trabalho e com as tradições transmitidas entre gerações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS E RECONHECIMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES, SERVIÇOS PRÓPRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ÁREAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

A identificação das demandas sociais exige uma leitura crítica da realidade. As necessidades apresentadas pela população não surgem isoladamente. Elas são produzidas em determinado contexto histórico, econômico, político, cultural e territorial. Por isso, o trabalho profissional precisa considerar as múltiplas dimensões da vida social: renda, trabalho, moradia, saúde, educação, convivência familiar, pertencimento comunitário, raça, gênero, deficiência, ciclo de vida e acesso a direitos.

Uma demanda pode ser explícita ou implícita. A demanda explícita é aquela verbalizada diretamente pelo usuário, como a busca por alimentação, acolhimento, orientação, documentação ou acesso a benefício. A demanda implícita é aquela que aparece de modo indireto, muitas vezes percebida pela escuta qualificada, pela observação, pela análise documental ou pela visita domiciliar. Uma família pode procurar atendimento por falta de renda, mas a análise da situação pode indicar também violência, isolamento social, sobrecarga de cuidado, trabalho infantil ou ausência de acompanhamento de saúde.

Assim, identificar demandas não é apenas perguntar “o que a pessoa precisa”. É compreender por que aquela necessidade surgiu, quais direitos foram negados, quais políticas públicas estão ausentes ou insuficientes e quais estratégias a família utiliza para enfrentar a situação. Esse processo exige cuidado ético, respeito à autonomia dos usuários e recusa de julgamentos morais sobre os modos de vida da população.

A Política Nacional de Assistência Social destaca a assistência social como pilar do sistema brasileiro de proteção social no âmbito da seguridade social, reforçando sua materialidade como política pública voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco. Essa perspectiva exige que o conhecimento produzido nos serviços não seja apenas burocrático, mas sirva ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação das ações.

► Procedimentos de pesquisa na assistência social

Os procedimentos de pesquisa utilizados na assistência social devem permitir aproximação cuidadosa da realidade. Entre os principais instrumentos estão a entrevista, a observação, a visita domiciliar, o estudo social, o relatório social, o prontuário, os questionários, os cadastros, os diagnósticos socioterritoriais e a análise de indicadores sociais.

A entrevista é um dos instrumentos mais importantes, pois possibilita a escuta da trajetória de vida do usuário. Ela deve ser conduzida com finalidade técnica, respeitando o sigilo profissional e evitando práticas invasivas. A entrevista não se reduz a uma coleta mecânica de informações; ela envolve acolhimento, escuta qualificada e análise das condições objetivas e subjetivas apresentadas.

A observação permite perceber aspectos que nem sempre aparecem na fala direta. O modo como a família se organiza, a dinâmica dos vínculos, as condições de moradia, a presença ou ausência de rede comunitária e as formas de acesso ao território são elementos relevantes para compreender a situação social.

A visita domiciliar, quando necessária e justificada, amplia a compreensão da realidade familiar. Ela não deve ser usada como fiscalização moral da vida privada, mas como instrumento técnico para conhecer melhor as condições de vida, os vínculos, os riscos, as vulnerabilidades e os recursos disponíveis no ambiente familiar e comunitário.

A análise documental também é essencial. Prontuários, relatórios, cadastros, registros de atendimento, legislações, planos municipais, dados oficiais e informações de outros serviços contribuem para uma leitura mais completa da realidade. Esses documentos permitem identificar recorrência de demandas, lacunas de atendimento, perfil dos usuários e necessidade de articulação intersectorial.

O diagnóstico socioterritorial ocupa lugar estratégico nesse processo. Ele permite conhecer o território para além dos casos individuais, revelando padrões coletivos de vulnerabilidade. Por meio dele, é possível identificar áreas com maior concentração de pobreza, ausência de equipamentos públicos, violência, insegurança alimentar, barreiras de acessibilidade, fragilidade de transporte, baixa escolaridade ou insuficiência de serviços.

► Reconhecimento das situações de vida das populações

Reconhecer as situações de vida da população significa compreender como as pessoas vivem, trabalham, adoecem, cuidam, circulam pelo território, acessam direitos e constroem estratégias de sobrevivência. Esse reconhecimento exige superar visões superficiais que culpabilizam indivíduos e famílias por situações produzidas por desigualdades estruturais.

Na assistência social, é comum que as demandas estejam relacionadas à pobreza, mas a pobreza não pode ser entendida apenas como falta de renda. Ela envolve privação de direitos, fragilidade de acesso a serviços, insegurança de moradia, alimentação insuficiente, discriminação, exposição à violência e enfraquecimento das possibilidades de participação social. Por isso, a análise profissional deve considerar a totalidade das condições de vida.

Também é necessário reconhecer a diversidade dos sujeitos atendidos. Crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência, população em situação de rua, famílias monoparentais, povos indígenas, população negra, migrantes e outros grupos sociais vivenciam vulnerabilidades específicas. A pesquisa social deve ser sensível a essas particularidades, sem perder de vista que elas se relacionam com processos mais amplos de desigualdade.

► Serviços próprios da assistência social

A assistência social organiza suas ofertas em níveis de proteção. A Proteção Social Básica atua na prevenção de situações de risco, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na ampliação do acesso a direitos. Seu equipamento de referência é o Centro de Referência de Assistência Social, responsável por ações como acolhida, acompanhamento familiar, orientação, encaminhamentos e articulação com a rede local.

Nesse nível, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, voltado ao acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Sua finalidade é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir rupturas de vínculos e favorecer o acesso a direitos.

A Proteção Social Especial destina-se a situações em que há risco pessoal ou social, violação de direitos ou rompimento de vínculos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é um dos principais equipamentos desse nível de proteção. Ele atende situações como violência, negligência, abuso, exploração, situação de rua, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e outras violações.

Há ainda serviços de acolhimento institucional, familiar ou em repúblicas, destinados a pessoas que precisam ser afastadas temporariamente do convívio familiar ou que se encontram sem referência de moradia e proteção. Nesses casos, a pesquisa social e o acompanhamento técnico são fundamentais para evitar respostas padronizadas e construir projetos de atendimento compatíveis com cada situação.

► Assistência social e políticas públicas de seguridade social

A assistência social integra a seguridade social ao lado da saúde e da previdência social. Essa integração é fundamental porque as demandas da população raramente pertencem a uma única política. Uma pessoa idosa pode necessitar de benefício assistencial, acompanhamento de saúde, acesso a medicamentos, moradia adequada e convivência comunitária. Uma família em situação de pobreza pode precisar de transferência de renda, atendimento escolar, cuidado em saúde mental, documentação civil e proteção contra violência.

A LOAS reforça essa articulação ao prever que a assistência social se realiza de forma integrada às políticas setoriais para enfrentamento da pobreza, garantia de mínimos sociais, atendimento a contingências sociais e universalização dos direitos sociais. Desse modo, a pesquisa social deve observar não apenas as necessidades individuais, mas também as falhas de acesso, a ausência de serviços, a descontinuidade das políticas públicas e os obstáculos institucionais que impedem a proteção integral.

MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL

Os movimentos sociais no Brasil tiveram origem já no período colonial, quando populações subalternas começaram a resistir às formas de dominação impostas pela colonização portuguesa. Desde o início da ocupação do território, povos indígenas reagiram à perda de suas terras, à imposição de sistemas agrícolas europeus, à escravidão, à catequese e à destruição de suas culturas. Essas resistências ocorreram de diferentes formas: confrontos armados, fugas para regiões mais distantes, formação de aldeias resistentes e alianças com outros povos indígenas ou mesmo com grupos coloniais rivais. Embora frequentemente silenciados pela historiografia tradicional, esses movimentos foram centrais para manter vivas as culturas indígenas e impor limites ao avanço colonial em determinadas regiões, além de deixar marcas duradouras na configuração territorial e cultural do país.

Outro movimento essencial desse período foi a resistência negra, que se manifestou principalmente por meio das fugas das fazendas e minas, da formação dos quilombos e das estratégias cotidianas de enfrentamento ao sistema escravista. O Quilombo dos Palmares, situado na região que hoje corresponde a Alagoas, foi um dos maiores e mais duradouros símbolos dessa luta, reunindo milhares de pessoas que fugiam da escravidão e organizavam formas próprias de vida comunitária, com autossuficiência econômica, estrutura política e resistência militar. Esses espaços eram não apenas refúgios físicos, mas também núcleos de reconstrução cultural, onde práticas africanas podiam ser preservadas e reinventadas, em clara oposição ao regime colonial.

Além dessas resistências protagonizadas por indígenas e negros, o Brasil colonial também assistiu ao surgimento de movimentos políticos e sociais que questionavam a dominação portuguesa, especialmente no século XVIII, quando as elites locais começaram a se incomodar com as pesadas cargas tributárias e as restrições econômicas impostas pela metrópole.

A Inconfidência Mineira (1789), em Minas Gerais, e a Conjuração Baiana (1798), na Bahia, são exemplos emblemáticos. Embora a Inconfidência Mineira tenha sido um movimento limitado às elites brancas insatisfeitas com questões econômicas, a Conjuração Baiana teve caráter popular e incorporou demandas de igualdade racial, liberdade e melhores condições de vida para os setores marginalizados. Esses movimentos, mesmo derrotados, foram fundamentais para alimentar debates sobre autonomia, liberdade e construção de uma identidade nacional.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!